



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA DTI N° 34/TINR, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022.

Reformula o Comitê Técnico Interno de Tecnologia da Informação (CTI-TI)

O DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV, do art. 5º, e III, do art. 11, ambos do ROCA21-83 - Regulamento da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica, aprovado pela Portaria GABAER nº 353/GC3, de 10 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Reformular o Comitê Técnico Interno de Tecnologia da Informação (CTI-TI).

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O CTI-TI será composto pelos seguintes integrantes:

- I - Diretor da DTI, que o presidirá;
- II - Chefe da Coordenadoria de Governança de TI da DTI;
- III - Subdiretores da DTI;
- IV - Chefes dos Centros de Computação da Aeronáutica; e
- V - Chefes de Divisão Técnica (DT) dos Centros de Computação da Aeronáutica.

Parágrafo único. A função de secretário do CTI-TI será exercida por oficial subalterno escalado pela DTI.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao CTI-TI:

- I - Realizar Análise Técnica Preliminar (ATP) dos Formulários de Inclusão de Necessidades (FIN) recebidos pela DTI, conforme o modelo do Anexo A;
- II - Assessorar a DTI quanto a aplicabilidade da NSCA 7-4 “Gerenciamento do Ciclo de Vida dos Sistemas de Tecnologia da Informação da Aeronáutica” no tratamento das necessidades apresentadas via FIN; e
- III - Emitir pareceres técnicos e assessoramentos sobre assuntos de interesse da DTI.

§ 1º Os Formulários de Inclusão de Necessidades (FIN) deverão ser elaborados pelos representantes das áreas de negócio responsáveis pelas demandas e encaminhados via cadeia de comando à DTI, com a anuência do respectivo ODGSA e conforme modelo do Anexo B.

§ 2º As orientações para preenchimento dos modelos anexos à esta Portaria serão disponibilizadas na página da DTI na Intraer (www.dti.intraer).

Art. 4º Compete ao presidente do CTI-TI designar um integrante do Comitê com o responsável pela consolidação de cada uma das ATP;

Art. 5º Compete à Subdiretoria de Administração da DTI (SDAD) prestar o apoio administrativo ao CTI-TI.

§ 1º As reuniões cujos membros estejam ementes federativos diversos serão realizadas por videoconferência.

§ 2º No caso de inconveniência de realizar a reunião por videoconferência, os custos com diárias e com passagens ficarão a cargo da DTI.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O CTI-TI é um órgão deliberativo, de caráter permanente, que tem por finalidade assessorar a Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica no trato das demandas por soluções de TI e dos planos institucionais de TI.

Art. 7º O CTI-TI reunir-se-á, mensalmente, em sessões ordinárias, para deliberar sobre a iniciação, a evolução ou a aprovação das ATP.

§ 1º Poderá, ainda, reunir-se em sessões extraordinárias a qualquer tempo, por convocação do Presidente, atendendo a solicitações de integrantes do Comitê ou por decisão própria.

§ 2º As reuniões ordinárias realizadas nos meses de março e outubro deverão tratar do assessoramento quanto aos planos que constam na pauta da próxima reunião ordinária do Comitê de Governança Digital, de Segurança da Informação e de Proteção de Dados (CGDSIPD).

§ 3º Para a realização da reunião, faz-se necessária a presença do Presidente, sendo admitida a ausência de até 3 (três) dos integrantes do Comitê.

Art. 8º A qualquer tempo, os integrantes do CTI-TI poderão propor ao Presidente a inclusão de matérias, que considerem relevantes para a pauta de uma próxima reunião, cabendo ao proponente o envio prévio do assunto ao Presidente, afim de haver tempo hábil para análise da matéria por parte dos demais integrantes do Comitê.

Art. 9º As decisões decorrentes das deliberações do Comitê constarão em atas numeradas, sequencialmente, e lavradas, imediatamente, ao término das sessões, por orientação do Presidente.

§ 1º A aprovação das atas será formalizada mediante a assinatura do documento original pelos integrantes do CTI-TI presentes na reunião.

§ 2º As ATP elaboradas no âmbito do CTI-TI deverão ser assinadas pelo membro designado como responsável por sua consolidação e pelo Presidente do Comitê.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por se tratar de urgência justificada no expediente administrativo, conforme parágrafo único do art.4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 11. Revoga-se a Portaria DTI nº19/SPES, de 8 de março de 2022, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 48, de 11 de março de 2022.

Brig Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO
Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica

Anexo A – Modelo de Formulário de Inclusão de Necessidades (FIN)

MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA <u>NOME DO ODGS POR EXTENSO</u>	
FORMULÁRIO DE INCLUSÃO DE NECESSIDADE (FIN)	
DOCUMENTO Nº 1/Sigla do ODGS/2022	DATA DE EMISSÃO DD /MM / AAAA

1) ANEXOS:

Havendo documentos anexos, informar conforme exemplo de preenchimento a seguir:

- A.** Nome do Anexo A – número de páginas do anexo A.
- B.** Nome do Anexo B – número de páginas do anexo B.

2) DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER SOLUCIONADO:

Este campo deverá ser preenchido com a descrição detalhada do problema que o ODGS busca solucionar com o emprego de soluções de Tecnologia da Informação.

Não devem ser inseridas neste item indicações ou sugestões de solução a serem empregadas para resolução do problema, possibilitando uma análise imparcial por parte do CTI-TI e evitando o direcionamento da solução a ser adotada.

Exemplo de descrição: “A identificação do efetivo e cadastro de visitantes na entrada da Organização Militar ocorre de forma lenta e manual, ocasionando atrasos para o início das atividades administrativas e dificultando a auditoria de horários e entradas/saídas”.

2.1) CENÁRIO:

O campo deve ser preenchido conforme ICA 400-14, “Confecção de Necessidade Operacional”.

Recomenda-se informar neste item os principais fatores, internos e externos, que possam impactar direta ou indiretamente nas atividades ou serviços relacionados com o problema apresentado.

Sempre que a necessidade estiver relacionada com algum Sistema Computacional, corporativo ou não, este deverá ser apontado evidenciando os módulos específicos relacionados com o problema.

Exemplo: Esta OM possui 4 portões de acesso, sendo dois deles de trânsito exclusivo de militares do efetivo. Não há infraestrutura de rede nem equipamento de TI nos portões. O apoio de TI é prestado pelo GAP-XY. A identificação é realizada por um soldado, utilizando prancheta e caneta, autorizando ou não a entrada conforme liberação por contato telefônico ou lista impressa disponibilizada ao Oficial de Dia. Próximo ao Portão 1 existe uma comunidade que, segundo informações de inteligência, tem elevada atividade proveniente do tráfico de drogas (...).

2.2) CONCEPÇÃO DE EMPREGO:

O campo deve ser preenchido conforme ICA 400-14, “Confecção de Necessidade Operacional”.

Recomenda-se informar quais missões, atividades e/ou processos do ODGSA são impactados pelo problema e, por conseguinte, espera-se que sejam afetadas positivamente pelo emprego de uma solução de Tecnologia da Informação.

Exemplo: Busca-se automatizar o processo de identificação nos portões de acesso da OM, sem comprometer a segurança, agilizando o fluxo de pessoal nos horários de pico.

2.2.1) BENEFÍCIOS ESPERADOS:

Neste campo devem ser descritos os benefícios esperados pelo ODGSA quando do emprego de uma solução de Tecnologia da Informação.

Recomenda-se que seja escrito neste campo os benefícios mínimos esperados e os benefícios desejáveis.

Exemplo: Espera-se reduzir a quantidade de efetivo alocado para identificação, redirecionando-os para atividade efetiva de guarda e segurança. Espera-se reduzir a fila de entrada nos portões nos horários de pico, diminuindo a incidência de atrasos no início do expediente administrativo. Espera-se ainda robustecer o processo de auditoria de visitantes, permitindo o cruzamento de dados, possibilitando análise mais precisa do setor de inteligência.

2.2.2) IMPACTOS NEGATIVOS ESPERADOS:

Neste campo devem ser descritos os impactos negativos esperados pelo ODGSA quando do emprego de uma solução de Tecnologia da Informação.

Recomenda-se que seja escrito neste campo os impactos negativos que o ODGSA entende que se deve buscar minimizar quando da proposição do emprego de alguma solução de Tecnologia da Informação.

Exemplo: Custo de aquisição de equipamentos e infraestrutura de TI para os portões e para os militares identificadores. Curva de aprendizado da equipe de serviço e período de adaptação do efetivo. Maior dependência do fornecimento de energia elétrica e dos serviços do GAP-XY.

2.3) RESTRIÇÕES DE PRAZO:

Neste campo deve ser informado se existe um prazo formal para a solução do problema descrito, se existem prazos para soluções parciais do problema apresentado, quais são esses prazos e que os motivou.

Os projetos cujos prazos estimados excedam a restrição declarada neste item serão considerados inviáveis.

Exemplo 1 (restrição total): A solução deve ser implementada até o dia 14 MAR 2022, para atender ato normativo <insira ordem, Lei, Decreto etc.>.

Exemplo 2 (restrição parcial): A solução deve ser implementada até o dia 14 MAR 2022, pelo menos no Portão Principal, para atender ato normativo <insira ordem, Lei, Decreto etc.>.

2.4) RESTRIÇÕES DE CUSTO:

Neste campo deve ser informado se existe um limite máximo aceitável para o custo de implementação e implantação de uma solução de Tecnologia da Informação para a solução do problema apresentado.

Os projetos cujos custos estimados excedam a restrição declarada neste item serão considerados inviáveis.

Exemplo: Considerando o disposto na LOA 2022, a <Sigla da OM> poderá custear o desenvolvimento de solução até o limite de R\$ 1.000.000,00.

3) JUSTIFICATIVA DETALHADA:

Este campo deverá conter uma explicação detalhada dos fatores que deram origem à necessidade, tais como:

- os atos normativos que determinam o atendimento da demanda;
- os documentos e seus itens que definem a responsabilidade sobre o tema ao ODGSA ou OM subordinadas (cópias desses documentos devem ser anexadas ao FIN);
- os estudos ou levantamentos realizados no âmbito do ODGSA sobre o assunto; e
- outros fatores considerados pertinentes pelo ODGSA.

Cópias dos documentos elencados neste item deverão ser anexados ao FIN, constando no item 1 deste formulário.

4) ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Informar o alinhamento da demanda com os Planos Institucionais (PEMAER, PTIA, DIPLAN, PDTIC, PLANSET).

Ex: Implantação de simulador para a aeronave T-27, conforme disposto no item X da DIPLAN, detalhado no item Y do PLANSET do COMGAP.

4.1) MACROPROCESSO E PROCESSO:

Descrever aqui a vinculação com o PEMAER. Podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição, ou ainda, como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão ou objetivo. Podem ser encontrados no PEMAER.

Ex: Macroprocesso finalístico 2 - Preparo da Força Aérea, Processo 2.2 - Desenvolver competências, ambos da Cadeia de Valor do COMAER.

4.2) AVALIAÇÃO DE PRIORIDADE SPGIA:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
ALINHAMENTO COM AS CAPACIDADES (1 – 5)	
ALINHAMENTO COM O MAPA ESTRATÉGICO (1 – 5)	
VINCULAÇÃO A OUTROS PROJETOS (1 – 5)	
IMPACTO ORGANIZACIONAL (1, 3, 5)	

Tabela 1 – Priorização conforme SPGIA

Neste campo deverá ser preenchida a Tabela 1(acima), conforme a DCA 11-1 “Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica - Volume 1 - Planejamento”. A explicação do que significa cada critério e seus graus está a seguir. Ao remover o texto explanatório (itálico), solicita-se **manter** as tabelas subsequentes.

O “Alinhamento com as capacidades” considera o impacto direto do projeto na obtenção das Capacidades descritas na Concepção Estratégica. A pontuação desse item deve ser conforme seu enquadramento em um dos itens da tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	GRAU	CAPACIDADES VINCULADAS
5	Totalmente alinhado com as capacidades.	O projeto propicia, isoladamente, o incremento de 3 (três) ou mais capacidades.
4	Bastante alinhado com as capacidades.	O projeto propicia, isoladamente, o incremento de 2 (duas) Capacidades.
3	Razoavelmente alinhados com as capacidades.	O projeto propicia, isoladamente, o incremento de uma Capacidade.
2	Pouco alinhado com as	Existe(m) vínculo(s) indireto(s) com alguma(s) das

	capacidades.	Capacidades.
1	Não alinhado com as capacidades.	Não existe nenhuma Capacidade vinculada ao projeto em avaliação.

O “Alinhamento com o mapa estratégico” considera o impacto direto do projeto em relação às estratégias de médio prazo da Instituição, apresentadas no Mapa Estratégico e pormenorizada por intermédio dos Objetivos Estratégicos. A pontuação desse item deve ser conforme seu enquadramento em um dos itens da tabela a seguir:

PONTUAÇÃO	GRAU	CAPACIDADES VINCULADAS
5	Totalmente alinhado com Mapa Estratégico.	Alinhado diretamente ao Objetivo de Resultado descrito na Perspectiva Sociedade.
4	Bastante alinhado com Mapa Estratégico.	Alinhado diretamente a um dos Objetivos Estratégicos descritos na Perspectiva Operacionalidade.
3	Razoavelmente alinhados com Mapa Estratégico.	Alinhado diretamente a um dos Objetivos Estratégicos descritos na Perspectiva Processos Internos.
2	Pouco alinhado com Mapa Estratégico.	Alinhado diretamente a um dos Objetivos Estratégicos descritos na Perspectiva Recursos.
1	Não alinhado com Mapa Estratégico.	Não Alinhado diretamente a nenhum dos Objetivos Estratégicos.

A “Vinculação a outros projetos” considera o relacionamento com outros projetos planejados ou em execução. Avalia a existência e intensidade da conexão entre ações que contribuem para um único objetivo. A pontuação desse item deve ser conforme seu enquadramento em um dos itens da tabela a seguir:

PONTUAÇÃO	GRAU	CAPACIDADES VINCULADAS
5	Dependência	Existem vínculos de dependência em relação a outros projetos e que afetam diretamente o caminho crítico de 3 (três) ou mais projetos vinculados
4	Vínculo Direto	Existem vínculos de dependência em relação a outros projetos e que afetam diretamente o caminho crítico de outros 2 (dois) projetos vinculados
3	Vínculo Indireto	Existem vínculos de dependência em relação a outros projetos que afetam diretamente o caminho crítico de 1 (um) projeto vinculado
2	Pouco Vínculo	Existem vínculos de dependência em relação a outros projetos, mas que não estão relacionados a caminhos críticos de nenhum dos projetos vinculados
1	Sem Vínculo	Não existe nenhum projeto vinculado ao projeto em avaliação

O “Impacto Institucional” considera a importância das consequências passíveis de ocorrerem, caso o projeto não seja implementado no COMAER, ou seja, verifica quão imprescindível é a execução do projeto no atendimento às necessidades da Instituição. Utiliza a metodologia END como base de análise. A pontuação desse item deve ser conforme seu enquadramento em um dos itens da tabela a seguir:

PONTUAÇÃO	GRAU	CAPACIDADES VINCULADAS
5	Essencial	A não implementação do projeto resulta na interrupção de um processo finalístico do COMAER, descrito na Cadeia de Valor
3	Necessário	A não implementação do projeto resulta na degradação de um processo finalístico ou interrupção de um processo de gestão e suporte do COMAER, descritos na Cadeia de Valor
1	Desejável	A não implementação do projeto resulta na degradação de um processo de suporte ou gestão do COMAER, descrito na Cadeia de Valor, ou ainda, não degrada o desempenho institucional.

5) CONTATOS:

Neste campo devem constar os contatos que podem ser utilizados pelos responsáveis pela análise deste FIN em caso de dúvidas.

Recomenda-se que sejam informados pelo menos os contatos do Elo de Coordenação e do representante da área de negócio responsável pelo assunto.

Ex.:

CARGO/FUNÇÃO NOME DE GUERRA	EMAL	TELEFONE
ELO DE COORDENAÇÃO Nome e Posto	xxxxxx@fab.mil.br	(61) 1234-5678 (61) 91234-5678
REPRESENTANTE DA ÁREA DE NEGÓCIO Nome e Posto	xxxxxx@fab.mil.br	(61) 4321-8765 (61) 98765-4321
...

6) ASSINATURAS:

Encaminhamento para aprovação da demanda:

Comandante/Chefe/Diretor(a) do(a) <Sigla da OM solicitante>

<Nome completo, posto e quadro>

Aprovo e encaminhamento ao STI para análise:

Comandante/Chefe/Diretor(a) do(a) <Sigla do ODGSA>

<Nome completo, posto e quadro>

Anexo B – Modelo de Análise Técnica Preliminar (ATP)

MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA <u>DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA</u>	
ANÁLISE TÉCNICA PRELIMINAR (ATP)	
DOCUMENTO Nº 1/CTI-TI/2022	DATA DE EMISSÃO DD /MM / AAAA

1) DOCUMENTOS FORMALIZADORES DA DEMANDA:

Devem ser listados neste item os FIN que motivaram essa análise, registrando também o NUP do processo pelo qual cada um deles foi encaminhado. Segue um exemplo de preenchimento:

- A.** FIN nº 3/COMGAP/2022 – Processo NUP 67100.002413/2022-95.
- B.** FIN nº 1/COMPREP/2022 – Processo NUP 67200.002927/2022-12.
- C.** FIN nº 9/COMGEP/2022 – Processo NUP 67400.002238/2022-51.

2) DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER SOLUCIONADO:

Este campo deverá ser preenchido com a descrição detalhada da demanda resultante das necessidades apresentadas no FIN listados no item anterior.

Não devem ser inseridas neste item indicações ou sugestões de solução a serem empregadas para solução do problema.

3) ÁREAS DE NEGÓCIO AFETADAS DIRETAMENTE:

Neste campo deverão ser listadas as áreas de negócio afetadas pelo problema descrito anteriormente. Segue um exemplo de preenchimento:

Engenharia, Contra incêndio, Segurança Orgânica, Ensino e Saúde.

4) PROJETOS ASSOCIADOS:

Neste campo deverão ser listados os projetos de TI que possuem correlação com o problema a ser solucionado. Segue um exemplo de preenchimento:

Módulo Gestão Acadêmica do e-SISTENS.

5) PRODUTOS ASSOCIADOS:

Neste campo deverão ser listados os produtos de TI que possuem correlação com o problema a ser solucionado. Segue um exemplo de preenchimento:

Infraestrutura como serviço, Módulo Gestão Hospitalar do e-SISAU e Portal da OM do SIGPES.

6) INFORMAÇÕES TÉCNICAS PRELIMINARES:

Este campo deverá ser preenchido com as informações técnicas obtidas a partir da análise dos FIN listados no item 1, tais como a existência de artefatos de projeto ou a possibilidade de inferência de requisitos que permitam dimensionar a demanda.

7) INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO PDTIC:

Este campo deverá ser preenchido com uma lista de itens do PDTIC porventura estejam relacionados com a demanda resultante das necessidades apresentadas no FIN listados no item 1. Ex: Itens 4.3.1.5 e 3.7.5.5 do PDTIC.

8) INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRELIMINARES:

Este campo deverá ser preenchido com as ações administrativas inferidas a partir da análise dos FIN listados no item 1, tais como necessidade de contratação de banda adicional, necessidade de aquisição de dispositivos, estações, servidores, convocação de efetivo técnico, etc.

9) INFORMAÇÕES OPERACIONAIS OU NEGOCIAIS PRELIMINARES:

Este campo deverá ser preenchido com as informações operacionais e negociais obtidas a partir da análise do item 2.2 e subitens dos FIN listados no item 1.

10) ESTIMATIVA DE RECURSOS TÉCNICOS RELACIONADOS À DEMANDA:

Neste campo deverão ser listados os recursos técnicos estimados para as diferentes alternativas de resolução do problema.

11) CAPACIDADE INSTALADA NO STI RELATIVA À DEMANDA:

Neste campo deverão ser informados os recursos técnicos, baseado na estimativa do item anterior, disponíveis no STI que possam ser empregados na resolução do problema em pauta.

12) ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA:

Neste campo deverão constar as informações referentes à análise da viabilidade técnica das diferentes alternativas propostas preliminarmente para a resolução do problema em pauta.

Espera-se que neste campo sejam trabalhadas as informações obtidas nos itens anteriores de modo a apresentar às autoridades responsáveis pela demanda as principais linhas de ação tecnicamente viáveis e qual a ordem de grandeza dos recursos técnicos necessários.

13) ANÁLISE DE VIABILIDADE ADMINISTRATIVA:

Neste campo deverão constar as informações referentes à análise da viabilidade administrativa das diferentes alternativas propostas preliminarmente para a resolução do problema em pauta.

Espera-se que neste campo sejam trabalhadas as informações administrativas obtidas nos itens anteriores e na análise dos FIN de modo a apresentar às autoridades responsáveis pela demanda os prováveis impactos administrativos das principais linhas de ação tecnicamente viáveis.

Devem ser explicadas aqui as necessidades de alterações no PDTIC para solução do problema em cada linha de ação tecnicamente viável.

14) ANÁLISE DE VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

Neste campo deverão constar as informações referentes à análise da viabilidade orçamentária das diferentes alternativas propostas preliminarmente para a resolução do problema em pauta, com base nas informações contidas nos FIN, tais como restrições de custo e restrição de prazo.

15) IMPACTOS POSITIVOS:

Neste campo deverão ser listados os impactos positivos esperados do atendimento da demanda, acrescentando aos itens listados nos FIN os impactos positivos para o STI das diferentes alternativas propostas preliminarmente para a resolução do problema em pauta, tais como aumento dos recursos computacionais, fortalecimento da imagem do STI perante a FAB, incremento no efetivo do Sistema.

16) IMPACTOS NEGATIVOS:

Neste campo deverão ser listados os impactos negativos esperados do atendimento da demanda, acrescentando aos itens listados nos FIN os impactos negativos para o STI das diferentes alternativas propostas preliminarmente para a resolução do problema em pauta, tais como aumento da complexidade da infraestrutura desacompanhada de aumento de efetivo e/ou capacitação, possível transferência de responsabilidade negocial a algum Elo do STI, sobrecarga da infraestrutura existente.

17) IMPACTOS PARA A RESILIÊNCIA DE SISTEMAS AGREGADOS:

Neste campo deverão ser listados os prováveis impactos da solução do problema em questão para os projetos e produtos associados, tais como riscos à segurança cibernética, integridade, confiabilidade e/ou disponibilidade de dados, estabilidade da

infraestrutura de TI, redução da capacidade de prevenção, mitigação ou recuperação de incidentes.

18) PARECER TÉCNICO E CONCLUSÃO:

Neste campo deverá ser apontada qual das soluções tecnicamente viáveis é a recomendada pelo CTI-TI, evidenciando de forma sucinta a justificativa dessa escolha.

19) ASSINATURAS:

Esta Análise Técnica Preliminar foi elaborada pelo Comitê Técnico Interno de Tecnologia da Informação (CTI-TI), sendo assinada pelos seguintes integrantes, que a aprovaram:

<hr/> <div>Presidente (Diretor da DTI)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>	<hr/> <div>Membro (CGTI da DTI)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>
<hr/> <div>Membro (SDPL da DTI)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>	<hr/> <div>Membro (SDFC da DTI)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>
<hr/> <div>Membro (Chefe do CCA-RJ)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>	<hr/> <div>Membro (Chefe do CCA-SJ)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>
<hr/> <div>Membro (Chefe do CCA-BR)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>	<hr/> <div>Membro (Chefe da DT do CCA-RJ)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>
<hr/> <div>Membro (Chefe da DT do CCA-BR)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>	<hr/> <div>Membro (Chefe da DT do CCA-SJ)</div> <div><Nome completo, posto e quadro></div>